



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2023**  
**INEXIGIBILIDADE PARA CREDENCIAMENTO Nº 11/2023**

O objeto do presente Processo Licitatório consiste no **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS, REGULARMENTE REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA – JUCESC, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS PARA ALIENAÇÃO ONEROSA DE BENS IMÓVEIS SEM USO E DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC.**

**ATA Nº 05/2023**

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, compareceu nas dependências da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, Departamento de Licitações, o leiloeiro **ULISSES DONIZETE RAMOS**, onde o mesmo solicitou Credenciamento para o objeto citado acima.

Todos os documentos constantes no edital foram entregues em envelope, conforme exigido no item 9 – DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO, com identificação.

Após a abertura do envelope e análise da documentação, verificou-se que o leiloeiro **ULISSES DONIZETE RAMO**, apresentou todos os documentos conforme estabelecido no item 8 – DA DOCUMENTAÇÃO, conforme especificado abaixo, estando a mesma **HABILITADA** para o Credenciamento.

Documentos apresentadas pelo leiloeiro:

<b>DOCUMENTOS</b>	<b>EMISSÃO</b>	<b>VENCIMENTO</b>
8.1.1 Requerimento devidamente assinado, conforme Anexo II;	24/05/2023	24/08/2023
8.1.2 Cópia autenticada da cédula de identidade (RG) e do cadastro de pessoa física do Ministério da Fazenda (CPF/MF);	01/06/2023	31/12/2023
8.1.3 Certidão de registro atualizada (máximo 60 dias), emitida pela da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, comprovando a sua	14/04/2023	14/07/2023



regularidade para atuar como leiloeiro público oficial naquela instituição e que exerce a profissão por não menos que 03 (três) anos;		
8.1.4 Comprovante autenticado de endereço onde exerce a função como leiloeiro;	01/06/2023	01/09/2023
8.1.5 Alvará de Licença, Localização e Funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal do endereço onde exerce a função como leiloeiro;	01/06/2023	31/12/2023
8.1.6 Certidão Negativa de Protestos dos Cartórios do Município sede onde exerce a função como leiloeiro.	05/05/2023	05/08/2023
8.1.7 Certidão Negativa de Antecedentes Criminais fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;	05/05/2023	05/08/2023
	Criminal	Criminal:
	05/05/2023	05/08/2023
	05/05/2023	05/08/2023
8.1.8 Certidões negativas, ou positiva com efeito negativa, de ações cíveis e criminais, dos setores e distribuição dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, das Justiças Federal, Distrital, Eleitoral e;	Cível	Cível
	24/05/2023	24/08/2023
	05/05/2023	05/08/2023
	Eleitoral	Eleitoral
	24/05/2023	24/08/2023
	05/05/2023	05/08/2023
8.1.9 Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do Leiloeiro;	22/05/2023	22/08/2023
8.1.10 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei;	03/04/2023	02/07/2023
8.1.11 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede do interessado	05/05/2023	04/07/2023
8.1.12 Caso o Leiloeiro seja considerado isento dos tributos estaduais ou Municipais relacionados o objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;	-	-
8.1.13 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Prova de regularidade relativa às	05/05/2023	01/11/2023



contribuições previdenciárias e às de terceiros, demonstrando situação regular no cumprimento das contribuições sociais, de acordo com a Lei n. 8.212/91);		
8.1.14 Certidões negativas, ou positiva com efeito negativo, emitida pelo Tribunal de Contas da União;	24/05/2023	24/08/2023
8.1.15 Certidões negativas, ou positiva com efeito negativo, emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;	24/05/2023	23/06/2023
8.1.16 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);	18/05/2023	15/06/2023
8.1.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);	05/05/2023	01/11/2023
8.1.18 Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS) apresentando DRSCI (Declaração de Regularidade de Situação de Contribuinte Individual);	19/05/2023	15/11/2023
8.1.19 Declaração de que não utiliza mão-de-obra de menores, direta ou indiretamente, conforme o disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da CF/88 e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358 de 05 de setembro de 2002;	24/05/2023	24/08/2023
8.1.20 Declaração que não possui relação societária e ou atua em consórcio ou grupo com outros leiloeiros, respeitando os dispostos no Pre-julgado 614 TCE.	24/05/2023	24/08/2023
8.1.21 Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;	24/05/2023	24/08/2028
8.1.22 Declaração de que atende aos requisitos previstos no Decreto Federal nº 21.981/32, IN nº 72/2019 do DREI;	24/05/2023	24/08/2023
8.1.23 Comprovação de posse do domínio na internet e do sítio eletrônico (em nome do leiloeiro licitante), sem redirecionamento, apresentando declaração de que dispõe de plataforma virtual, devidamente comprovada através de endereço eletrônico, permitindo realizar exclusivamente por meio eletrônico e simultaneamente leilão eletrônico e presencial, utilizando-se de sistema informatizado, com recepção e estímulo de lances em tempo real via internet e interatividade entre os lances verbais e os lances efetuados eletronicamente, devendo ainda apresentar certificação eletrônica de segurança (SSL) que proporcione a segurança dos dados transmitidos pela internet em ambiente Web, devendo a plataforma eletrônica (sítio) ser de propriedade exclusiva do leiloeiro licitante, não sendo permitida a	24/05/2023	24/08/2023



subcontratação para uso de outra plataforma, bem como o uso conjunto de plataformas virtuais com outros leiloeiros, caracterizando consórcio ou grupo de leiloeiros;		
8.1.24 Cópia autenticada da Carteira de Leiloeiro expedida pela Jucesc.	03/07/2014	-
8.1.25. Apresentar declaração de que possui controle informatizado e emissão de nota eletrônica dos bens leiloados de forma a garantir a entrega da nota ao final do leilão e o fornecimento ao Comitente, de todo o tipo de informações, tais como relatórios, cadastro dos arrematantes e outros controles referentes ao leilão.	24/05/2023	24/08/2023
8.1.26 Comprovação da infraestrutura mínima exigida	24/05/2023	24/08/2023
8.1.27 Apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de ter executado no mínimo 01 (um) leilão presencial e eletrônico (simultaneamente), utilizando-se de sistema informatizado de emissão de nota eletrônica de arrematação, comprovando que realizou (leilão empresarial, judicial e/ou extrajudicial de bens móveis inservíveis, bens automotivos e/ou outros bens móveis ou imóveis). O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ e o nome do responsável pelo mesmo.  .	Leilão com Município de Botuverá/SC em 17/12/2019	

Todos os itens cotados estavam de acordo com o edital, não se vislumbrando qualquer óbice a sua adoção, razão pela qual fora aprovada, e em seguida poderá ser firmado Contrato com o Leiloeiro: **ULISSES DONIZETE RAMO**.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi assinado a presente ata pela Comissão Permanente de Licitações.

Cordilheira Alta/SC, 02 de Junho de 2023.

---

ANDRESA BREANCINI  
Presidente da Comissão

---

ANGELITA GABRIEL  
Membro da comissão

---

TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA  
Membro da comissão